

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 10 - Estratégias empresarias desplegadas dentro y fuera del espacio de trabajo”. Desafíos conceptuales y metodológicos para la construcción de una perspectiva etnográfica

As estratégias por trás do trabalho prisional: uma análise das empresas parceiras da Sejus

Autores:

Beatriz Correia Lopes, Mestranda em Administração pela UFES

Márcia de Melo Fonseca Corvino, Mestranda em Administração pela UFES

Eloisio Moulin de Souza, Doutor em Psicologia pela UFES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias das empresas parceiras da Sejus que contratam mão de obra prisional. Para isso, foram analisados documentos que regulam o trabalho prisional e absorção dessa mão de obra por parte das empresas. Percebeu-se que as atividades exercidas pelos presos fundamentam-se nos preceitos de administração propostos por Taylor, modelo que entrou em crise e deu lugar ao regime de produção flexível. Ademais, verificou-se que as empresas que contratam a mão de obra prisional além de ter uma estrutura rotinizada, enfrentam a escassez de mão de obra, como é o caso da construção civil. Sendo assim, conclui-se que a parceria com a Sejus serve para suprir essa carência por profissionais, com um baixo custo, devido aos incentivos para contratação dessa população.

INTRODUÇÃO

O Brasil em junho de 2011 possuía uma população carcerária composta por 513.802 pessoas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012), quase duas vezes mais presos que a capacidade de vagas das instituições penais. O Espírito Santo, por sua vez, possuía, em junho de 2010, uma população carcerária composta por 11.870 pessoas e no mesmo período do ano de 2011 a população total estava em 12.852 pessoas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). Em um ano houve um aumento de 8,27% do quantitativo de presos e internados no estado.

A preocupação com o quantitativo de pessoas encarceradas no Espírito Santo e tendo em vista a necessidade de cumprir a Lei de Execução Penal (LEP), a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) instituiu diversos programas de ressocialização, com diversos objetivos, como: oferecer cursos profissionalizantes por meio do Sistema S; oportunizar empregos dentro das unidades e junto as empresas parceiras, dentre outros (SEJUS, 2011).

Segundo dados do Ministério da Justiça (2012), no Espírito Santo, em junho de 2011, exerciam atividade laboral fora da unidade prisional 552 presos, sendo 484 na iniciativa privada, 59 na produção industrial e 6 em órgãos do Estado. Outros 1.049 presos desenvolviam atividade laboral dentro dos presídios, consistindo em 336 a quantidade de apenados em exercício de tarefas de apoio ao estabelecimento penal, 171 na iniciativa privada e 299 produzindo artesanatos e outros 243 em atividades rural, industrial e em órgãos do estado.

A realização de parcerias faz-se necessária para alcançar os objetivos da LEP e dos programas de ressocialização e, inclusive, torná-los possíveis, pois o Estado não é capaz de sozinho absorver toda a mão de obra prisional disponível. Sendo assim, dentro dessa lógica, cabe às organizações contratar presos para exercerem atividades intra ou extramuros. Nesse sentido, faz-se necessário analisar as estratégias das empresas que contratam mão de obra prisional, devido aos diversos programas que tem sido implantados nas instituições penais de todo o país e em especial no Espírito Santo para atender a Lei de Execuções Penais (LEP). Diante do exposto, o objetivo geral desse artigo é analisar as estratégias das empresas parceiras da Sejus que absorvem a mão de obra prisional intra ou extramuro.

METODOLOGIA

A pesquisa será do tipo qualitativa. De acordo com Neves (1996, p. 2), “nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno”.

Com o intuito de se aprofundar a análise das estratégias realizou-se uma pesquisa documental. Documentos podem ser “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (LÜDKE, 1986, p. 38). Os documentos considerados foram a Lei de Execução Penal (LEP), os Decreto nº 2460-R/2010 e nº 2609-R/2010, do Governo do Estado do Espírito Santo, o Estudo Prévio que resultou na publicação do Decreto nº 2460-R, a Cartilha de Procedimentos para inserção de presos e egressos no mercado de trabalho da Sejus e as informações a respeito da população carcerária presente no InFopen.

APRESENTANDO O TRABALHO PRISIONAL

A Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, dentre outras coisas tem por objetivo determinar as condições para a harmônica integração social do preso condenado e do internado. De acordo com o Art. 10 da referida lei a assistência ao preso e egresso é obrigação do Estado a fim de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

A assistência a que se refere o Art. 10 compreende *assistência material*, que consiste no provimento de alimentação, vestimenta e instalações higiênicas; à saúde, isto é, fornecer assistência médica, farmacêutica e odontológica; *jurídica*; instituir advogado àqueles presos desprovidos de condições financeiras; *educacional*, compreende a formação escolar e a qualificação profissional do preso e do internado; *social*, assistir o preso, preparando-o para o retorno à sociedade; e, *religiosa*, ou seja, permitir a liberdade de culto, a presença nos cultos realizados dentro da unidade prisional e a posse de livros religiosos.

Devido à necessidade de dar efetividade à LEP no tocante à assistência educacional e trabalho prisional, vários programas de ressocialização envolvendo trabalho foram implantados nos sistemas penitenciários de todo o país. Independente do projeto, o objetivo principal, em geral, é a promoção de ações de reinserção social de

presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, visando à promoção da cidadania e a disseminação de valores éticos e morais.

O Governo do Espírito Santo, inclusive, publicou o Decreto nº 2460-R, de 05 de fevereiro de 2010, que disciplina a absorção da mão-de-obra de presos e egressos do sistema carcerário. O decreto contempla, dentre outras, questões sobre a remuneração, que não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente ou ao piso salarial da categoria – o que for maior – e a desobrigação de recolhimento dos encargos trabalhistas, posto que os presos não estão sujeitos à CLT.

A *Cartilha de Procedimentos para inserção de presos e egressos no mercado de trabalho* (SEJUs), abarca algumas dessas questões tratadas no Decreto nº 2460-R e, inclusive, enumera as vantagens econômicas para a empresa, dentre elas: os presos não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dessa forma as empresas não são obrigadas a recolher encargos trabalhistas, com isso a economia nos custos com pessoal pode ser de até 50% variando conforme o piso salarial; baixos custos de produção para o caso de frentes de trabalho instaladas dentro das unidades prisional; os presos que executam atividade externa são supervisionados e fiscalizados periodicamente; mão de obra disponível e acessível para substituição ou reposição, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2011, 146 empresas eram conveniadas a Sejus para absorção da mão de obra prisional (DIÁRIO OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO, 2011). Atualmente, 224 empresas possuem convênios com o órgão (DIÁRIO OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO, 2012), um aumento de 78 organizações no período de um ano.

Conforme Lemos, Mazzilli e Klering (1998), o trabalho prisional descrito pela LEP fundamenta-se nos preceitos de administração propostos por Taylor, modelo esse que entrou em crise e deu lugar ao regime de produção flexível.

Ao analisar as organizações parceiras da Sejus percebeu-se que o grupo é composto por 14 empresas do ramo da construção civil, 7 do setor moveleiro, 2 do ramo de vestuário e o restante divididos em setores como alimentação, igreja, lavanderia, dentre outros. Esses setores além de possuírem uma estrutura rotinizada, enfrentam a escassez de mão de obra, como é o caso da construção civil. Sendo assim, conclui-se que a parceria com a Sejus serve para suprir essa carência por profissionais, com um baixo custo, devido aos incentivos para contratação dessa população.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO. **Governo homenageia empresas que empregam detentos**. Vitória, 07 ago. 2012. p. 3.

INFOPEN. On-line. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **InfoPen-Estatística**. On-line. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

SEJUS. **Ressocialização e seus projetos**. On-line. Disponível em: <<http://www.sejus.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 06 maio. 2011.

SERON, P. C. Egressos do sistema prisional: contribuições do trabalho e da família no processo de (re)inserção social. In: I Jornada Internacional de Práticas Clínicas no Campo Social, 2010, Maringá. **Anais...**, Maringá: UEM, 2011.

RIBEIRO, L. ; CRUZ, M. V. G. da. Trabalho prisional como política pública de recuperação do criminoso: estudo de múltiplos casos em unidades penitenciárias de Minas Gerais - Brasil. In: XXVI ENANPAD, 2002. Salvador. **Anais...**, Rio de Janeiro: Metrópole indústria gráfica, 2002. v. 26, p. 335-336.